

Porto Alegre inicia debates do segundo turno

Candidaturas de Maria do Rosário e de Sebastião Melo retomam confrontos nos veículos de comunicação da Capital

ELEIÇÕES
2024

Maria Amélia Vargas
mavargas@jcrs.com.br

O primeiro debate deste segundo turno das eleições para a prefeitura de Porto Alegre, realizado pela Rádio Gaúcha na manhã desta quinta-feira, começou com tom ameno e avançou para uma discussão mais polarizada. Sebastião Melo (MDB), com 49,72% dos votos válidos no dia 6 de outubro, acusou a adversária de usar um “discurso estatista”, enquanto Maria do Rosário (PT), que atingiu 26,28%, afirmou que a gestão do candidato à reeleição foi voltada aos “mais ricos”.

Na abertura do confronto, a representante do PT questionou sobre quais foram as melhorias para a cidade feitas pelo atual prefeito durante a gestão. Entre as

ações citadas, Melo mencionou o fato de ter estendido o horário de atendimento dos postos de saúde e criado um Centro de Referência do Transtorno Autista (Certa). No entanto, ele atribuiu os problemas de filas de espera ao governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“O sistema de saúde é tripartite, e o governo federal precisa aportar mais recursos, porque a tabela do SUS é problemática. Hoje, a tabela do SUS não cobre os custos, especialmente no interior do Rio Grande do Sul, onde o sistema está desestruturado. Precisamos ajustar isso, porque temos que atender a demanda de mais de 200 municípios que são referenciados em Porto Alegre”, destacou Melo.

Maria do Rosário, por sua vez, disse que os problemas da cidade estão relacionados à “transferência de responsabilidade”, e citou falhas da atual gestão municipal em áreas como o transporte. Para

ela, “a privatização da Carris foi um grande golpe contra o transporte público”. Da mesma forma, afirmou que Melo “desmontou” a Smamus (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade) e não soube fazer o manejo adequado das árvores da cidade, contribuindo, na sua opinião, para o aumento da sensação de calor em Porto Alegre.

Ainda a respeito de projetos de urbanização, Melo citou o Parque Chico Mendes, no bairro Mário Quintana. “Ele estava destinado à privatização, e o povo aplaudiu quando investimos R\$ 3 milhões nele. Hoje, as famílias estão fazendo piqueniques e aproveitando o parque, que está cercado, assim como o Parque Germânia. No entanto, eu não acredito que devemos cercar a Redenção ou o Parcão”.

Rosário apresentou-se como “uma candidata que tem uma visão voltada para a qualidade de vida”, que “não acredita na



Encontro entre os candidatos ocorreu na manhã desta quinta-feira

construção de grandes espigões”. Na sua avaliação, esses projetos “não contribuíram para melhorar a rede de esgotamento pluvial e cloacal, ainda fazem sombra nas casas das pessoas”.

Nas considerações finais, Melo salientou as diferenças entre as propostas: “De um lado, temos um projeto que aposta na prosperidade, no desenvolvimento econômico e na sustentabilidade, valorizando as parcerias. Do outro, há um projeto que eu

respeito, mas não concordo, que busca recriar muitas estruturas públicas e defende a ampliação de conselhos”.

A petista concordou a respeito da diversidade de ideias, e finalizou fazendo um apelo aos cidadãos que não compareceram às urnas no primeiro turno. “Aqueles que não foram votar, que estão desencantados com a atual gestão e com a política, podem ter certeza de que a cidade em que vivemos pode e vai melhorar.”

STF e Congresso querem volta de doação de empresas para campanhas em 2026

Integrantes da cúpula do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) querem discutir a volta de doações eleitorais de empresas, proibidas em 2015. Eles defendem mudanças no modelo atual, concentrado no financiamento público.

O tema entrou em debate na reta final do primeiro turno das eleições municipais. Líderes partidários e outras autoridades afirmam que o fundo eleitoral, abastecido com verba pública, não foi bem assimilado pela população e ainda provocou novas distorções no financiamento das campanhas.

Esses políticos e ministros entendem que o modelo de financiamento público não impediu o uso de caixa dois. A Polícia Federal afirma ter apreendido R\$ 21,7 milhões em espécie em operações de combate a crimes eleitorais neste ano.

Uma proposta para mudar

esse modelo será apresentada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). Em entrevista à Folha de S.Paulo na semana passada, o parlamentar defendeu a volta das doações empresariais e a redução da verba pública destinada ao fundo eleitoral.

As doações empresariais para campanhas foram proibidas pelo STF em 2015, na esteira da Operação Lava Jato. As investigações apontavam que, em alguns casos, as contribuições eram feitas pelas empresas a partidos e candidatos com o objetivo de obter vantagens em contratos públicos.

Nas eleições de 2016, as campanhas foram abastecidas por doações de pessoas físicas e com dinheiro dos próprios candidatos. No ano seguinte, o Congresso aprovou a criação de um fundo público para bancar as campanhas e reduzir a

influência privada. Em 2024, o valor do fundo é de R\$ 4,96 bilhões.

O tema também ganhou força com uma declaração do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Ele disse ao jornal Valor Econômico que está disposto a discutir a permissão para o financiamento empresarial.

Quase 10 anos após a decisão que barrou as doações de empresas, uma parte do STF está disposta a rever seu entendimento. Em caráter reservado, um ministro apontou que há espaço para debater essa modalidade de financiamento privado. Outro citou como exemplo o modelo de campanha dos EUA, que prevê a contribuição empresarial para comitês políticos.

Ainda que reconheçam o risco de contaminação das eleições pelo poder econômico, esses políticos e ministros afirmam que a volta das doações pode reduzir o

desequilíbrio provocado não apenas pelo caixa dois, mas também pela influência do valor bilionário de emendas parlamentares destinadas aos redutos eleitorais de deputados e senadores.

O governo Lula (PT) ainda não se posicionou sobre o tema, mas o assunto foi levado por Randolfe à reunião de coordenação política na segunda-feira passada, quando o presidente e seus articuladores fizeram um balanço das eleições.

A volta das doações de empresas não foi consenso, mas teve a concordância de alguns ministros. Outros, como Alexandre Padilha (Relações Institucionais, PT), disseram ser contra a mudança. O assunto também divide a direção do PT, embora tenha começado a ganhar apoio de figuras influentes.

A proposta de Randolfe não está pronta, mas deve ser apresen-

tada nas próximas semanas e ter a forma de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para instituir um modelo semipúblico, com limites e transparência nas contribuições privadas.

Na entrevista à Folha de S.Paulo, o senador afirmou que o modelo atual, baseado principalmente no financiamento público, “encarece as campanhas”, porque cria duas fontes, na prática: um fundo público bilionário e o dinheiro privado que corre sem o controle das autoridades.

O modelo misto proposto pelo parlamentar reduziria em 80% o fundo eleitoral abastecido com dinheiro público. “O peso sobre o orçamento é enorme hoje. São quase R\$ 5 bilhões no ano eleitoral. Se reduzirmos o fundo eleitoral para R\$ 1 bilhão, veja quantas coisas poderíamos fazer.”

Número de militares eleitos neste pleito é o maior já registrado desde o ano 2000

As eleições de 2024 marcaram o ano em que mais se elegeram candidatos que trazem em seus nomes algum posto ou graduação militar desde 2000.

Só no pleito deste ano, 152 concorrentes foram eleitos com postos que vão de “general” a “praça”, representando 0,24% de todos os pre-

feitos e vereadores eleitos no País. Os dados são da Nexus.

O número é 13% maior se comparado aos eleitos em 2020, com 134 candidatos que se declararam militares e levavam suas patentes nos nomes de urna registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De 2000 até este ano, o nú-

mero de patentes militares em nomes de candidatos subiu 36%. Na daquele ano -, 707 postulantes se apresentavam como militares, sendo que 112 foram eleitos. Já em 2024, o total de militares que concorreram às eleições foi de 1.204.

Enquanto isso, o número total de concorrentes, em todo o país,

subiu 14% no mesmo período – foi de 399.330, em 2000, para 454.689, em 2024. Os dados mostram que o ritmo de crescimento de candidatos militares é cinco vezes maior que o aumento total de candidatos.

O PL elegeu um total de 52 candidatos militares no pleito deste ano, o maior número entre os

partidos. É seguido por Republicanos e MDB, com 18 e 16 candidatos, respectivamente.

O Sudeste teve o maior número de vitórias de militares, com 54 eleitos. Vêm na sequência a região Sul, com 36, Nordeste, com 30, Centro-Oeste, com 24 e Norte, com 8 candidatos eleitos.